

Resumo

O texto elabora um modelo que procura dar conta das razões da derrota da maior coligação já formada na história política do Rio Grande do Norte (RN) em um pleito para governador. Identifica, com base em conceitos da teoria dos oligopólios, a formação de um líder Stackelberg na sequência de eventos anterior à campanha eleitoral de 2014. O texto examina como esse líder, o deputado federal Henrique Alves (PMDB), move-se antes dos outros atores pertinentes nas negociações pré-eleitorais. Por fim, o artigo discute a interação estratégica entre o líder Stackelberg e seu seguidor (follower), o vice-governador Robinson Faria (PSD), na campanha eleitoral, esclarecendo como foi possível a ele derrotar Alves na disputa. Essencialmente, o trabalho sugere que incertezas na demanda do produto oferecido pelo deputado peemedebista – o trinômio experiência, preparo e segurança, permitiram ao seguidor minar a liderança Stackelberg junto ao eleitorado. Palavras-chave: política do RN; líder Stackelberg; incerteza.

Abstract

This work presents a model that seeks to understand the reasons for the defeat of the largest party alliance ever formed in Rio Grande do Norte (RN) state political history in a governorship race. It identifies, based on key concepts of oligopoly theory, the formation of a Stackelberg leader in the sequence of events leading up to the electoral campaign of 2014. The text studies how this leader, federal deputy Henrique Alves (PMDB), was able to move first before other important actors in pre-electoral negotiations. Finally, the article discusses the strategic interaction between the Stackelberg leader and his “follower”, vice-governor Robinson Faria (PSD), in the electoral campaign, shedding light on how it was possible for the latter to defeat the former in the race. Essentially, this work claims that demand uncertainties related to the product offered by the PMDB deputy – the triad experience, expertise, and safety allowed the follower to undermine the Stackelberg leadership at the electorate level. Keywords: politics in RN state; Stackelberg leader; uncertainty.

*“Agradeço os comentários feitos por Sandra Gomes P Daniel
Menezes a versão anterior do trabalho, assim como à assis-
tência de pesquisa Yé Matheus Oliveira”*

Derrotando o Líder Stackelberg: A disputa de governador do RN em 2014

Alan Daniel Freire de Lacerda
Departamento de Políticas Públicas - UFRN

Introdução

A campanha eleitoral de 2014 para governador do Rio Grande do Norte pode ser analisada sob diversos prismas. Uma disputa na qual se apresentavam dois candidatos competitivos que não empolgaram o eleitorado; a competição marcada pela subestimação inicial do candidato do PSD; a derrota da maior coligação de governador já formada na história do estado. Não resta dúvida que o eleitor potiguar teve papel central na produção do resultado, ao negar a vitória ao candidato de maior expressão e força partidária. Entretanto, ainda não está claro como a interação estratégica entre as candidaturas contribuiu para a formatação do jogo eleitoral.

Este trabalho visa construir um modelo para dar conta justamente desse aspecto, pondo em relevo os aspirantes Robinson Faria (PSD) e Henrique Alves (PMDB) e os seus respectivos movimentos como respostas às estratégias um do outro. A pergunta de partida é como foi possível a Faria derrotar a poderosa campanha do competidor peemedebista.

Na análise, utilizo o clássico modelo de competição Stackelberg entre firmas para entender os movimentos dos atores como um jogo em sequência. Em particular, examino como se formou na virada de 2013 para 2014 um claro líder Stackelberg no jogo da pré-campanha, Henrique Alves, e como a incerteza sobre a demanda dos produtos que ele tinha a oferecer, o trinômio experiência-preparo-segurança, o conduziram à derrota.

Na próxima seção discuto a teoria empregada no artigo, pondo em destaque as características do líder Stackelberg e as vantagens estratégicas inerentes a quem se “move primeiro”. Na segunda seção, faço um histórico da relação entre o PMDB potiguar e o governo Rosalba, dando ênfase à capacidade peemedebista de “preencher o espaço político” no prelúdio do pleito de 2014. Na mesma seção disserto sobre os movimentos na pré-campanha eleitoral, enfatizando a sequência de ações dos jogadores. Por sua vez, a terceira seção retoma alguns elementos teóricos e os vincula à empiria da campanha eleitoral com o fito de elucidar o resultado. A quarta seção debate hipóteses rivais (ou complementares) à adotada no trabalho. Na conclusão, faço comentários históricos sobre momentos similares na política potiguar e proponho que se utilize mais modelos teóricos como o presente no texto para a análise de conjunturas políticas.

Teoria

Sendo o mercado capitalista marcado pela disputa entre detentores de capital, a atenção dos economistas há muito se concentra em como firmas competem entre si pelo domínio do mercado. Uma maneira de abordar a questão é considerando o número de competidores. Num contexto onde há muitos agentes econômicos, a tendência é que haja

“livre competição” entre esses atores pela ocupação de fatias do mercado. As oportunidades para que firmas singulares manipulem esse mercado via diferenciais no lançamento de seus *outputs* são escassas. Se há poucas firmas, porém, aumentam as chances de competição imperfeita e formação de oligopólios. Como se sabe, um oligopólio consiste numa situação de mercado na qual há poucos vendedores ou “unidades econômicas”. (Stackelberg, 2010: 2)

Vários modelos podem ser mobilizados para estudar a interação entre atores de mercado em situações de oligopólio. O modelo de Cournot, por exemplo, analisa situações em que firmas competem sobre a quantidade do produto vendido por elas. Em sua variante mais simples, ele é usado para entender contextos oligopolistas em que o número de firmas é 2, ou seja, duopólios. Dentre as premissas do modelo, está a de que as duas firmas decidem independentemente uma da outra, de modo simultâneo, os seus *outputs* de produção.

Nos parâmetros da teoria dos jogos, foi demonstrado que nesse caso a competição entre as duas gerará um resultado conhecido como equilíbrio de Nash. Caracteristicamente, “um par de estratégias é um equilíbrio de Nash em um jogo se, e apenas se, a estratégia de cada um é a melhor resposta à estratégia do outro” (Binmore, 2007: 18). Em termos substantivos, os *outputs* das duas firmas se estabilizarão em patamares que representam a melhor resposta que uma pode dar à outra.

Outra premissa central do modelo de Cournot é que os dois integrantes do duopólio *já estão presentes* no mercado no momento inicial do jogo. Nada diz o modelo sobre questões relativas ao momento de *entrada* na competição. A inovação de Stackelberg, ao operar sob a base deixada por Cournot, é justamente discutir que efeitos a precedência pode ter sobre a disputa de mercado em situações de oligopólio, quando uma firma se move antes da outra. (Binmore, op. cit.: 157-159)

A firma que se move primeiro é usualmente chamada de *Stackelberg leader*, ou líder, enquanto a segunda toma o nome de *follower*, ou seguidor. O líder tem uma óbvia vantagem estratégica nesse jogo, em virtude de poder definir as quantidades que deseja lançar no mercado. No modelo padrão dos textos de microeconomia, os dois atores conhecem a função de demanda do mercado e os custos de produção um do outro. Ao fixar um *output* primeiro, antecipando a melhor resposta do seguidor, o líder sempre obterá lucros maiores que aquele. (Liu, 2005: 345)

O modelo Stackelberg não é muito usado em contextos políticos, com sua aplicação concentrando-se mesmo em organização industrial e outros ramos da economia. Entretanto, dada a evidente importância da precedência em diversas arenas políticas, cabe um olhar mais detido sobre áreas onde “mover-se primeiro” retém visível relevância estratégica. No Quadro 1 abaixo listo potenciais aplicações do jogo na política. Os três tipos exibidos não pretendem ser uma lista exaustiva das possibilidades de formação do jogo no mundo real; representam antes vertentes identificadas por mim em alguns segmentos da literatura de ciência política.

Quadro 1: Casos de Líder Stackelberg na Política

Tipos	Líder	Exemplos
Prerrogativa formal de primeiro movimento	Presidente brasileiro	Edição de decretos com força de lei; iniciativa exclusiva do Executivo em certas áreas de política pública.
Existência prévia	Gabinete do Reino Unido	Centralização da iniciativa legislativa no gabinete inglês do século XIX.
Ocupação de espaço político	Partido Trabalhista britânico	Captação de novos eleitores oriundos da expansão do sufrágio no século XIX

Na segunda linha do quadro exibo o tipo de liderança que é definido por regras institucionais formais. Ou seja, um dado ator nessas circunstâncias pode se tornar o líder pela mera existência de determinação constitucional, legal ou regimental facultando-lhe o direito de se mover primeiro. A edição de decretos com força de lei, ou medidas provisórias no Brasil, constante na segunda coluna do Quadro 1, permite ao presidente alterar de imediato o status quo legal e criar custos adicionais para o Congresso Nacional se este desejar o retorno ao status quo anterior. Isso ocorre porque o Legislativo é obrigado a comparar a situação gerada pela emissão da MP com o que aconteceria ao mundo real em caso de rejeição da mesma. Por definição, o chefe do Executivo age antes do Congresso no jogo das medidas provisórias. (Almeida, 1998: 10-13; Figueiredo e Limongi, 1999: 25-26)¹

No segundo exemplo da mesma célula, também tendo o presidente como “líder”, temos a prerrogativa de iniciativa exclusiva do Executivo. Ela consiste de dispositivo constitucional que estipula reserva de áreas de política pública para a introdução de projetos de lei. Nesse caso, o Congresso também “espera” pela ação do Executivo, não podendo iniciar a tramitação de projetos nas áreas reservadas ao presidente. Ela ocorre no Brasil com matérias administrativas, orçamentárias e tributárias (Art. 61 da Constituição Federal).

A prerrogativa de introdução exclusiva dá duas vantagens estratégicas ao presidente. De um lado, o presidente pode deixar de iniciar determinada matéria se antecipar que o Congresso diverge fortemente do Executivo naquela questão - e que por isso desfigurará a proposta aos olhos do Executivo com diversas emendas. De outro, o presidente pode desenhar a medida de forma a posicioná-la num patamar favorável à aprovação, mas de maneira diferente do que o Congresso faria caso a tivesse iniciado (Lacerda, 2016: 58).

Como se vê, o papel da precedência, definindo a “quantidade do produto” primeiro, em antecipação à resposta dos seguidores sobre seus próprios *outputs*, confere, potencialmente, benefícios similares aos auferidos por oligopólios na esfera econômica².

Na terceira linha, menciono um caso examinado na literatura em que o ator político se torna o líder no jogo em parte pelo simples fato de já existir antes. Em trabalho clássico, Gary Cox procura entender por que uma série de prerrogativas individuais dos legisladores britânicos na *House of Commons* se enfraqueceu na primeira metade do século XIX. Houve crescente ativismo parlamentar combinado à ampliação do número e complexidade dos projetos de lei em exame na Casa. A resposta para as crises procedimentais relacionadas à distribuição do tempo disponível para a atividade legislativa foi a cessão de dias privilegiados na agenda da câmara ao Gabinete. Crescentemente as matérias do governo passaram a ter precedência sobre as propostas dos deputados individuais, em mudanças regimentais de “pequena” dimensão e caráter incremental. (Cox, 1987: 45-65)

Por que os políticos britânicos não desenvolveram um sistema de comissões similar ao do Congresso americano para lidar com a sua carga de trabalho legislativo? Dentre as respostas levantadas por Cox, uma se destaca: “o Gabinete já existia” (Cox, op. cit., 64). Fatores estritamente contingentes, como a preexistência de um ator institucional, em conjunto com eventos aparentemente “pequenos”, podem ter efeitos duradouros, tornando mais elevados os custos

1 É possível inverter o jogo quando um aspecto substantivo da MP não pode, em função de outro dispositivo constitucional, entrar imediatamente em vigor. Nesse caso o presidente anunciou uma intenção, não chegando de fato a se mover. Nos termos de nossa teoria, ele lançou no mercado político uma promessa de *output* de produção, e não quantidades efetivas de produto. Cf. Almeida, op. cit., pp. 16-29, para o caso da MP 1602/97, sob a qual incidiu o dispositivo da anterioridade fiscal.

2 Cf. também comentários em Shugart e Carey, 1992, pp. 139-140. O poder de agenda em contextos legislativos frequentemente também apresenta liderança Stackelberg. Um relator de peça legislativa, por exemplo, move-se antes dos outros ao definir os termos do seu parecer.

de mudanças institucionais no futuro. Esse é o mote, por sinal, de toda a literatura da rota-dependência. Se um determinado ator ou instituição obtém precocemente vantagens competitivas, elas podem reforçar umas às outras, cristalizando padrões que podem ser de grande durabilidade. As próprias regras institucionais adquirem resiliência ao longo do tempo, dificultando de modo endógeno sua modificação. (Arthur, 1994; North, 1990: 92-104; Pierson, 2004: 71-77)

Essas observações nos levam enfim à quarta linha do Quadro 1. O caso em tela é a conquista do polo de esquerda do sistema partidário britânico pelo recém-criado Partido Trabalhista, em detrimento dos *whigs* (Partido Liberal). Isso pôde ser feito a partir da progressiva expansão do direito de voto ao longo do século XIX, que incorporou a classe trabalhadora britânica ao mercado eleitoral. Em termos estilizados, os “fundadores do Partido Trabalhista avaliaram corretamente que poderiam levar a melhor sobre os Liberais formando um novo partido”, a partir do “deslocamento da distribuição do eleitorado”. O movimento aproveita um espaço criado à esquerda da distribuição de preferências anterior do eleitorado. O Partido Liberal ficou espacialmente imprensado entre os Conservadores e os Trabalhistas, não recuperando mais sua posição dominante na esquerda do sistema. (Downs, 1999: 149-150)

O Partido Trabalhista operou como líder Stackelberg na medida em que utilizou seus recursos estratégicos de poder, incluindo bases sindicais, antes de uma reação liberal mais consistente à sua expansão. Ou seja, ele “preencheu” um espaço político definido ao lançar seu produto, composto por mensagens atraentes a segmentos operários recém-incorporados ao eleitorado – ocorreu, portanto, *filling-up of political space*. (Pierson, op. cit.: 171)

No caso deste trabalho, o líder Stackelberg não o é por força de prerrogativa formal. Nem o foco nas vantagens competitivas precoces é tão amplo como na literatura *path-dependence* sobre as instituições. O escopo reside mais no impacto da sequência de eventos e de quem chega a um *locus* político privilegiado antes dos outros, sobretudo quando “atores sociais em disputa buscam ocupar algum ‘espaço político’ limitado” (Pierson, op. cit., 71). Em particular, examino neste artigo se não é possível a formação de um líder Stackelberg a partir do *reconhecimento tácito* por parte de outros atores de que um dado ator “preencheu” o espaço político pertinente. Proponho que tal situação estratégica pode ser identificada a partir de *atitudes de espera* dos seguidores.

Por fim, faz sentido se pensar a política em termos similares aos da teoria das firmas, na medida em que a competição político-eleitoral é usualmente dominada por poucos atores, que centralizam o repasse de mensagens aos eleitores. No caso em tela nesse artigo, inclusive, as duas coligações principais configuraram quase um duopólio sobre o pleito. Não sendo a democracia moderna direta, e sim representativa, algum nível de oligarquização (ou oligopolização) é inevitável.

Feitas essas observações teóricas, é hora de olharmos a sequência de eventos políticos munidos dessa lente conceitual, verificando se sua aplicação faz sentido ao entendimento do ciclo político potiguar que desaguou no pleito de 2014.

O PMDB no Governo Rosalba e o jogo da pré-campanha em 2014

Para tratar do cenário eleitoral de 2014, é necessário recuar no tempo até o pleito de 2010, que produziu a vitória da então senadora Rosalba Ciarlini (DEM) na disputa do governo estadual. Na literatura sobre a política potiguar, o pleito chegou a ser designado como “uma eleição sem notícias” (Lacerda, 2010). A liderança de Ciarlini, integrante da família Rosado,³ revelou-se basicamente estável durante toda a campanha, conduzindo ao seu triunfo já no primeiro turno. Sua campanha se beneficiou de uma engenhosa operação política construída em grande medida pelo presidente do PMDB no estado, o então deputado federal Henrique Alves.

3 Os Rosados têm como base eleitoral principal o Oeste do estado, especialmente a cidade de Mossoró. Rosalba Ciarlini foi prefeita da cidade em duas ocasiões: 1989-1992 e 1997-2004.

A coligação de Ciarlini não incluiu o PMDB, apesar de diversos setores do partido a apoiarem. Juntos em 2006, quando o DEM ainda chamava-se PFL, Ciarlini e os peemedebistas terminaram por adotar um arranjo diferente no pleito seguinte, dada a divisão de interesses dentro do PMDB potiguar. A chapa liderada pelos peemedebistas não tinha candidato a governador; apenas a senador e deputados estaduais e federais. Isso possibilitou que o deputado federal Henrique Alves fizesse campanha a favor da reeleição do governador Iberê Ferreira (PSB), enquanto seu primo, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB), figurava ao lado de sua colega do Senado nos comícios. Além de apresentar apenas um aspirante a senador (teria direito a inscrever dois), a coligação peemedebista incluía somente o PR e o PV. Ciarlini também só tinha, não por acaso, um candidato a senador: o presidente do DEM, senador José Agripino Maia.

O expediente, aparentemente inusitado, resultou a rigor no cumprimento de todos os objetivos políticos dos principais envolvidos. Alves Filho foi reeleito senador, assim como Agripino Maia (DEM), o colega de chapa de Ciarlini. Henrique Alves não só garantiu sua reeleição, como o PR também pôde renovar o mandato de João Maia. O PV elegeu um representante para a câmara federal e garantiu a figura de Paulo Davim como primeiro suplente de Alves Filho. Henrique Alves foi reeleito deputado federal com 191.110 votos, ampliando em mais de 30 mil sufrágios sua votação de 2006 para o mesmo cargo. João Maia, outro apoiador do governador Ferreira, também aumentou sua votação, passando da casa dos 193 mil votos em 2006 para algo em torno de 217 mil no pleito seguinte.

No alvorecer do governo Rosalba, portanto, em janeiro de 2011, o PMDB e os dois primos da família Alves estavam numa condição privilegiada no que toca a possíveis composições com a governadora. Tanto poderiam se afastar, a partir do polo representado pelo deputado Henrique Alves, como poderiam se aproximar, a partir da posição adotada por Garibaldi Alves Filho. Uma terceira opção seria, obviamente, o ingresso integral da agremiação na administração.

O senador indicou nomes já na primeira composição do secretariado: no primeiro escalão, os titulares da Sethas (Trabalho, Habitação e Assistência Social), Luiz Eduardo Carneiro, e da pasta do Turismo, Ramzi Elali; na administração indireta, o diretor da Potigás, Saulo Carvalho. O apoio formal do partido materializa-se em setembro do mesmo ano, após a decisão de Henrique Alves de se aproximar da governadora. A rigor, a “distância” do deputado até então era puramente protocolar, dado que não havia razões de fundo para uma postura de oposição ao governo Rosalba. Tampouco uma postura de “independência” faria sentido, haja vista a presença desde janeiro de indicados do seu primo no primeiro escalão da gestão.

É importante notar, todavia, que Carvalho e Elali deixam o governo já em 2012, nos meses de janeiro e março, respectivamente. Vistas em conjunto, a saída de dois dos três nomes indicados pelo senador Garibaldi Alves Filho prefigura a deterioração do relacionamento entre a cúpula do governo e o PMDB.

A gestão liderada pelo DEM foi assolada desde o seu princípio por dois problemas que não a abandonaram durante todo o mandato. O primeiro residia nas severas limitações fiscais herdadas dos governos anteriores, que impunham obstáculos estruturais às ações governativas. O segundo era de natureza endógena, consistindo na centralização decisória do governo nas mãos da governadora e de seu marido, o ex-deputado Carlos Augusto Rosado. Esse *modus operandi* criava permanente fricção no relacionamento da governadoria com o restante da máquina estadual, tensões na Assembleia Legislativa, além de ansiedade no PMDB e no próprio DEM. A influência do marido da governadora esteve no centro da decisão do vice-governador Robinson Faria (PSD)⁴ de romper com o governo, em 21 de outubro de 2011.

O rompimento de Faria sinalizou o início de uma quadra política difícil para a gestão Rosalba, na medida em que ampliou sua dependência do apoio político dos dois Alves e do PR. Como as pressões dos parceiros por mudanças no

4 Faria fora eleito sob a legenda do PMN, mas participou da criação do PSD em 2011, filiando-se ao mesmo.

governo persistiam e o modus operandi do núcleo duro do governo não se alterava, o ano de 2012 foi marcado pelo desgaste político da governadora, tanto no plano da elite política como no nível do eleitorado.

Tal desgaste pode ser atestado pelos seus índices de popularidade à frente do cargo. As pesquisas de opinião divulgadas em 2012 foram em geral realizadas no âmbito municipal, em função do pleito daquele ano. Mas é indicativo do problema que no indicador binário de aprovação e desaprovação a governadora tenha a marca, já em abril, no eleitorado natalense, de 57% de eleitores desfavoráveis ao seu governo, enquanto 28% o aprovavam (pesquisa Certus-Nominuto). Em dezembro de 2013, a avaliação positiva do governo (reunindo eleitores que o consideraram ótimo ou bom) atingiu a desastrosa marca de 7% na sondagem CNI-Ibope, de âmbito estadual. Por fim, no levantamento Ibope de agosto de 2014, no fim da gestão, registrou 69% de avaliação negativa (reunindo eleitores que a consideraram ruim ou péssima) no conjunto do eleitorado potiguar.

Do fim de 2012 ao início de 2013, a centralização do governo e a própria evolução dos interesses peemedebistas gerou sinais críticos dos dois primos, cristalizando-se em uma posição na qual Henrique Alves assumia o papel de peemedebista mais próximo da governadora, enquanto Garibaldi Alves Filho se distanciava de sua antiga colega. A inversão de papéis era reconhecida, todavia, como instável pelos atores políticos relevantes, inclusive os líderes do PMDB. De toda forma, o partido fez novas indicações no início de 2013: o secretário de Agricultura, Júnior Teixeira, e o diretor da Emater (um instituto de assistência técnica e extensão rural), Henderson Magalhães.

Em 30 de agosto de 2013, sob pressão do seu senador, o PMDB anunciou o rompimento com o governo e a entrega dos cargos que detinha no primeiro escalão. Luiz Eduardo Carneiro, Júnior Teixeira e Henderson Magalhães deixaram o governo por volta dessa data. A saída possibilitou que o partido se liberasse para tratar do pleito seguinte sem a pressão de estar em um governo impopular. Na prática, a agremiação adquiriu as condições preliminares para ditar o ritmo do processo sucessório, escapando do desgaste da gestão a despeito de ter participado dela.

Dois desdobramentos se tornam evidentes, a meu ver, já no fim de 2013. Em primeiro lugar, o PMDB unido assume as condições para ser o pivô da disputa de 2014. Em segundo lugar, o partido “preenche” o espaço político disponível antes de outros atores políticos. Colaborou também para isso a ascensão de Henrique Alves à presidência da Câmara, em fevereiro de 2013. Discuto a seguir como se posicionavam líderes não peemedebistas, procurando exemplificar a situação estratégica assim conformada.

A atitude de espera, por exemplo, pode ser vista nas negociações iniciais entre os peemedebistas e o PT potiguar. Após reunião em janeiro de 2014, o vereador (Natal) petista Hugo Manso firmou diagnóstico incisivo a respeito do cenário, observando que havia um compasso de espera “prejudicial” ao partido. “Há uma força política muito concentrada nas mãos de Henrique e Garibaldi”, sendo “visível a tranquilidade com que eles conduzem o processo sucessório no estado”⁵. O parlamentar registra a opinião de que a agremiação deve buscar outras opções para o pleito que se avizinhava. A prioridade conhecida e reconhecida dos petistas era eleger a deputada federal Fátima Bezerra para o Senado.

De interesse também é nesse contexto a postura adotada pelo vice-governador. Faria acalentava desde 2009, quando era presidente da Assembleia Legislativa, o sonho de se candidatar a governador. Aliás, a decisão de romper com a então governadora Wilma de Faria (PSB-anteriormente Wilma Maia) e apoiar Ciarlini teve relação direta com a preferência de Wilma pelo seu vice, Iberê Ferreira. Nada havia mudado no que toca a 2014: sua pretensão estava mantida. No entanto, Faria registra em entrevista concedida na mesma época das observações de Manso referidas acima

5 Retirado do sítio No Minuto, 29 de janeiro de 2014: <<http://www.nominuto.com/noticias/politica/fernando-bezerra-prefere-alianca-com-wilma-para-o-senado-diz-hugo-manso/106335>>.

que pensaria no “plano B” se ele ficasse “isolado”⁶. Fica claro que ele aguardava um ator de peso com o qual se aliar, na medida em que os Alves deixassem alguém sobrando de sua composição. Não há evidência de que se contentaria em continuar vice ou que nutrisse interesse pela posição de senador - ofertas que de todo modo não lhe foram feitas claramente pelos Alves.

A ex-governadora e naquele momento vice-prefeita de Natal, Wilma de Faria, por sua vez, também aguardava a oferta do PMDB, mas mantinha postura ambígua, oscilando entre três candidaturas diferentes: deputada federal, senadora e governadora. A oscilação parecia ser misto de indecisão e barganha calculada. O primeiro cargo não retinha nenhuma atração para a peessebista, enquanto a segunda opção deveria ser examinada com cuidado, dada sua derrota em 2010 no pleito para a mesma posição, quando havia duas vagas disponíveis.

Por fim, o DEM, na figura do senador José Agripino Maia, encontrava-se numa complexa armadilha. O caminho natural seria apoiar a reeleição da governadora Rosalba Ciarlini, mas sua vitória revelava-se improvável, haja vista os índices reduzidos de intenção de voto e de avaliação positiva. A aposta na sua candidatura poria em risco as posições legislativas do partido, em especial a do filho do próprio Agripino, o deputado federal Felipe Maia. O senador também tinha interesse, portanto, numa composição com os Alves que fosse vantajosa o suficiente para que ele fizesse o esforço de se livrar da governadora, negando-lhe a legenda.

Senhor da iniciativa estratégica, Henrique Alves⁷ desenha três movimentos que delimitam os cálculos dos outros atores:

1) mantém na mesa de negociação durante meses a possível candidatura a governador do empresário Fernando Bezerra pelo PMDB. Bezerra já havia sido candidato ao mesmo cargo em 2002, quando era filiado ao PTB, tendo obtido a terceira colocação. Alves procura deixar na ambiguidade se a candidatura do empresário é definitiva, na medida em que as suspeitas se adensam de que se trata de um “bode na sala”, ou seja, uma postulação a ser retirada em favor do nome do próprio deputado.

2) informa aos atores pertinentes a preferência de Bezerra pelo nome de Wilma de Faria para ser sua companheira de chapa na vaga do Senado. Com o passar do tempo vai ficando claro que essa é na verdade (ou também) a preferência do próprio Henrique. Avesso ao risco e com duas derrotas na sua carreira política para a líder do PSB, o peemedebista desejava evitar a qualquer custo um confronto com a vice-prefeita pelo cargo de governador.⁸

3) sinaliza à maioria dos partidos que o PMDB está disposto a acomodar na sua chapa as mais diversas postulações a deputado federal e deputado estadual, incluindo aquelas do PR, PSDB e DEM. Isso protegeria as posições de diversos ex-aliados da governadora Rosalba Ciarlini, incluindo membros do partido dela mesma, isolando a gestora.

Na medida em que o período das convenções se aproximava, as negociações com vistas à formação de uma ampla coalizão para governador se adensaram e tomaram forma. Os atores desfavorecidos pelo esquema de Henrique Alves montam suas reações. O PT, por exemplo, não aceitava repartir a chapa majoritária com uma candidata que faria campanha para a candidatura presidencial do PSB. Ou seja, a posição de vice não capturava minimamente o interesse

6 Retirado do sítio do jornal Tribuna do Norte, 12 de janeiro de 2014: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/robinson-faria-se-eu-ficar-isolado-terei-que-pensar-no-plano-b/271590>>.

7 Poderia fazer sentido considerar a direção do PMDB potiguar como o líder Stackelberg nesse caso, mas não há evidência de que o senador Garibaldi elaborava a estratégia do partido. Sua anuência aos movimentos do primo era fundamental, certamente.

8 Ele fora derrotado por ela na eleição de prefeito de Natal no pleito de 1988 e pelo candidato apoiado por ela, na eleição de 1992 na mesma cidade. Há certa base factual no próprio momento das negociações para os receios do peemedebista: pesquisas no fim de 2013 apontavam a ex-governadora com mais de 35% de intenção de voto, em cenários nos quais confrontaria o senador Garibaldi Alves Filho como candidato do PMDB.

dos petistas. Por mais que a deputada federal Fátima Bezerra temesse o confronto com Wilma de Faria na disputa do Senado (tal como Henrique Alves no caso do governo), havia limitações nada pequenas à sua inserção como mera aspirante à reeleição na coligação pró-Henrique.

Robinson Faria, por sua vez, não desistira de seu projeto e também se mostrava pouco interessado numa solução que permitiria meramente a inserção de seu filho, o deputado federal Fábio Faria, em uma das coligações proporcionais pró-Alves. Desapegado da candidatura de governador, que dispersaria seu esforço eleitoral, e desejoso de alocar Fátima Bezerra na vaga do Senado em uma chapa majoritária, o PT emite sinais ao PSD. Ambos se aproximam, atraídos por uma composição que evitava seu duplo isolamento. O vice-governador certamente via os petistas como aliados atraentes em parte por conta da inserção na chapa da deputada Bezerra, que superou seu temor de ficar sem mandato por conta de cálculo próprio e da pressão do próprio PSD.

Nos termos de nosso arcabouço conceitual, as respostas dos atores políticos potiguaros vêm depois dos movimentos do PMDB, em especial do presidente regional do partido. Ou seja, eles são seguidores (*followers*) em relação a um líder Stackelberg que preencheu o espaço político pertinente antes. Tal líder pôde lançar no mercado político, no nível da elite política, determinados produtos, tais como posições de coligação e expectativas de poder, forçando os seguidores a ajustar seus próprios produtos a esse *output* inicial. *Leader* e *followers* conheciam a função de demanda do mercado no nível da elite e os custos de cada um para a oferta de postos políticos.

O Quadro 2 abaixo exhibe a configuração final das candidaturas majoritárias, resultante das convenções partidárias de junho de 2014. O dado mais notável do quadro é o tamanho da coligação majoritária de Henrique Alves; nada menos que 17 agremiações se congregam para elegê-lo governador. A aliança reunida em torno do vice-governador não parece ficar muito atrás, com oito partidos, mas na verdade várias dessas agremiações são frágeis no cenário político potiguar. Apenas PP, PT e PSD possuíam representação federal no momento da eleição.

Quadro 2: Perfil das candidaturas a governador do RN no pleito de 2014

Candidatos a governador	Candidatos a vice-governador	Candidatos a senador	Coligação/partido isolado
Henrique Alves	João Maia	Wilma de Faria	PMDB-PR-PSB-PROS-PDT-SD-PSC-PTB-PPS-PHS-PSDB-PSDC-PRB-PTN-PV-PMN-PRP ¹
Robinson Faria	Fábio Dantas (PCdoB)	Fátima Bezerra	PSD-PCdoB-PT-PTdoB-PEN-PRTB-PTC-PP
Robério Paulino	Antônio Garcia	Professor Lailson	PSOL
Araken Farias	Paulo Oliveira	Roberto Ronconi	PSL
Simone Dutra	Socorro Sousa	Ana Célia	PSTU

Nosso jogo, porém, não se dá apenas na escala das elites e partidos. Ele envolve, crucialmente, o mercado eleitoral e o que o líder Stackelberg está ofertando aos atores componentes desse mercado, ou seja, aos eleitores. Esse é o assunto da próxima seção.

Incerteza de demanda, aversão ao risco e coligação ampliada

É possível “vencer” um líder nesse jogo? A resposta depende, é claro, do que possamos definir como vitória. Subjetivamente falando, é claro, o seguidor pode restar contente com o resultado de sua reação ao líder em algum momento do jogo ou mesmo ao fim dele. Um candidato “seguidor” pode, por exemplo, perder a eleição para o líder, mas obter de sua participação no pleito a manutenção de seu nome na mente das pessoas para a eleição seguinte. O ponto crucial é que o primeiro ator a se movimentar retém uma vantagem estratégica em relação ao outro integrante do duopólio (ou outros, se houver dois ou mais seguidores), na medida em que pode antecipar a reação do segundo jogador. Ao desenhar sua estratégia, o seguidor também é induzido a tomar como fato consumado a opção tomada pelo líder. (Dixon, 2001: 125-160)

A pergunta então se altera: é possível *eliminar* a vantagem estratégica do líder Stackelberg? Nesse contexto, cumpre registrar que o lançamento do produto sempre se dá com base em demanda esperada, não em demanda realizada. Se o mercado em tela não for razoavelmente previsível, o líder corre certo risco se seu produto vier a ser demandado pelos consumidores abaixo do esperado. Os seguidores têm a importante vantagem informacional de observar a demanda realizada e assim ajustar seus *outputs* em seguida ao movimento do primeiro jogador. Pela lógica da teoria, essa é a única maneira do segundo jogador potencialmente reduzir as vantagens estratégicas do primeiro.

Em alguns mercados cuja demanda é bastante imprevisível (...), parece que a vantagem do segundo a se mover é dominante. Isso é assim porque em um mercado com alto grau de incerteza os seguidores podem esperar e ver a resposta dos consumidores ao novo produto introduzido pelos primeiros jogadores, assim como se mover na “curva de aprendizado” da inovação (Liu, 2005: 346).

Tomemos a disputa eleitoral como um mercado, no qual há uma competição pela liderança política a partir da busca dos votos do eleitor (Schumpeter, 1962: 269). Ora, em diversas análises dominantes na teoria democrática, a incerteza é uma característica proeminente do mercado eleitoral. Já se tornou famoso o dito *przeworskiano* dando conta de que a “democracia é um sistema em que os partidos perdem eleições” (Przeworski, 1994: 25)⁹. Apesar de conter regras que informam os resultados possíveis da competição eleitoral e consistir, portanto, num tipo de incerteza regulada, a democracia não permite aos atores saber o resultado efetivo da competição, se vão ganhar ou perder os diversos pleitos.

Além disso, nem sempre é claro *ex ante* que produto o eleitor está de fato a demandar dos partidos e candidatos, e em qual grau. A própria formação da opinião de massa é em grande medida um produto resultante dos discursos oriundos de elites. A experiência em vários cargos, por exemplo, é frequentemente usada como argumento (produto, em nossos termos) por muitos candidatos e tida como algo positivo pelo eleitorado. Ela pode, entretanto, adquirir sinal negativo caso muitos eleitores a vejam com desconfiança, ao presumir que o candidato “experiente” também é responsável por males do sistema político como a corrupção e manutenção do status quo.

Cabe agora identificarmos que produto o candidato do PMDB ofereceu ao eleitor. Dado seu longo histórico parlamentar e conexões com órgãos federais, não faria sentido a Alves qualquer tipo de mensagem renovadora. O trinômio de sua mensagem, se pudermos pensar assim, girava basicamente em torno de preparo, segurança e experiência. A coligação majoritária se chamava União pela Mudança, mas o termo mais forte é o primeiro. O deputado Henrique

9 Ver também: “Tudo que é necessário para os resultados serem incertos é que seja possível para algum partido no poder perder a eleição”. (Przeworski et. al., 2000: 17)

antecipou, corretamente, que Robinson Faria não teria como lançar o mesmo produto em quantidades similares à dele. Nesse cálculo, sua bem-sucedida cooptação de vastos setores da elite política terminaria por se traduzir, até mesmo por inércia, em ampla vantagem eleitoral.

O peemedebista era então presidente da Câmara e suas conexões com Brasília e cargos federais garantiam, em seu discurso, que ele traria recursos ao estado. A liderança do PMDB em gestões estaduais anteriores, Geraldo Melo (1987-1991) e Garibaldi Alves Filho (1995-2002), também assegurava que sua postulação nada tinha de inexperience, podendo extrair quadros desses governos. O principal slogan de campanha, acompanhando o nome da coligação, enfatizava sua força política, ao mesmo tempo em que incluía também o usual tema da mudança diante da mal avaliada gestão estadual: Força para Mudar. (Menezes, 2016: 15; Santos, 2016: 44)

De que forma, no universo político-eleitoral, é possível observar a resposta dos consumidores ao produto oferecido pelos candidatos? Pesquisas de opinião podem ser o caminho nos marcos de nossa análise. Afinal, uma das formas de mensurar a aceitação da mensagem-produto é a aferição dos índices de intenção de voto. Não tive acesso a pesquisas qualitativas a respeito da disputa, e por isso me restringirei aos indicadores típicos da “corrida de cavalos”.

A Tabela 1 abaixo exhibe a intenção de voto para governador no primeiro turno de 2014, tomando como parâmetro as médias das pesquisas realizadas entre junho e outubro. A decisão de usar médias aritméticas objetiva apenas compensar os vieses metodológicos dos diversos institutos, evitando que dependamos de apenas uma série histórica. Nos casos de julho, o primeiro mês de campanha, e de outubro, nas vésperas do pleito, há apenas um levantamento cada. A quarta coluna da tabela exhibe os levantamentos que serviram de base para as médias constantes nas segunda e terceira colunas. O número entre parênteses, quando ocorre, indica o número de sondagens (necessariamente mais de uma no caso) realizadas pelo instituto no mês. Todos os números foram arredondados, eliminando-se eventuais casas decimais. De resto, nenhum outro candidato atingiu a marca de 10% em qualquer pesquisa durante todo o período; por isso decidi concentrar a análise nos dois aspirantes competitivos.

Tabela 1: Média da Intenção de Voto dos Principais Candidatos a Governador no 1º Turno de 2014 (%)

Mês	Henrique Alves	Robinson Faria	Pesquisas
Junho	33	23	Consult, Seta, Ibope, GPP
Julho	37	23	Consult
Agosto	36	26	GPP, Consult, Ibope, Certus ² , Seta
Setembro	37	30	Seta (5) ³ , Ibope (2), Perfil, Item (2), Certus
Outubro	40	33	Ibope

O exame da tabela revela que ambos os candidatos cresceram no período, com vantagem para Robinson Faria - 10 pontos percentuais, contra sete de seu oponente. Fica clara, entretanto, que a principal dificuldade de Alves não está no crescimento do aspirante do PSD, mas antes no raquitismo do seu próprio crescimento. Basicamente, o peemedebista não conseguia converter em votos o amplo apoio que aglutinara no nível da elite política. Não à toa, analistas da política local usam o termo “teto” ao se referir à curva da intenção de voto de Alves, e especificamente ao número 40%. (Menezes, 2016: 20; Santos, 2016: 51)

O produto de Henrique Alves teve demanda relativamente baixa, mas o seguidor poderia ter antecipado isso? Provavelmente não, mas importa notar que Faria só precisaria fazer os movimentos “corretos” antes de observar a resposta do eleitor e ajustar seu comportamento. A aliança com o PT e o alinhamento da candidatura de governador à campanha presidencial certamente deram ao pessedista o espaço necessário para reagir ao forte movimento inicial do deputado do PMDB. O vice-governador não tinha como antecipar o grau de demanda do eleitor pela combinação de competência e conexões de seu adversário, mas o nível de incerteza existente já era suficiente para justificar a aposta numa chapa em que figurava, como nome petista ao Senado, a deputada federal Fátima Bezerra.

Observada a possibilidade de pelo menos manter-se não muito atrás, *within striking distance*, do parlamentar peemedebista, Faria ajustou as “quantidades” de seu produto, fortalecendo a associação com a presidente Dilma Rousseff, então bastante popular no estado, e com o ex-presidente Lula. Este decide apoiar o postulante do PSD em 19 de setembro, com uma gravação para o horário eleitoral em que os dois aparecem juntos. Os materiais de campanha também enfatizavam essa conexão desde o início da campanha.

Faria também reforça a ideia de candidato “humilde” perante o leque de forças reunido pelo líder Stackelberg. Já no primeiro programa eleitoral, em 21 de agosto, diz que o “cotidiano da simplicidade da vida” é que o “seduz”. Deixou o essencial do tema da experiência para o presidente da Câmara dos Deputados, apesar dele próprio ser um político tradicional e experiente. Embora com menos tempo de carreira do que seu oponente na política potiguar, o ingresso dele na arena política data do fim dos anos 1980. Ele ensaia igualmente um discurso de “resistência” ao “candidato do acordão”, termo utilizado para designar a ampla coligação de Alves (Menezes, op. cit.: 25). Não à toa, o programa 16 do candidato no rádio foi intitulado “Resistência”.¹⁰

A associação com Bezerra também renovou a chapa como um todo, na medida em que Wilma de Faria, a candidata do PSB ao Senado na chapa pró-Alves, terminou por também passar a imagem de “experiente demais”, à semelhança do postulante ao governo. Isso tudo apesar da deputada federal, à semelhança de seu colega de chapa, não ser nem de longe uma neófito, tendo sido eleita deputada estadual pela primeira vez em 1994. A imagem de “novo” resultante, conquanto ambígua, deu consistência à estratégia do vice-governador de manter-se próximo do primeiro colocado, apostando numa virada contra o presidente da Câmara no segundo turno.

Foi o que aconteceu. A Tabela 2 abaixo exhibe os resultados do primeiro e do segundo turno, considerando apenas os votos válidos e eliminando a segunda casa decimal via arredondamento.

Tabela 2: Resultados da Disputa de Governador do RN em 2014

Candidatos no 1º turno	Votos válidos (%)	Candidatos no 2º turno	Votos válidos (%)
Henrique Alves	47,3	Henrique Alves	45,6
Robinson Faria	42,0	Robinson Faria	54,4
Robério Paulino	8,7		
Simone Dutra	1,0		
Araken Farias	0,9		

¹⁰ Conferir vídeo contendo o áudio no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=bgtLbH7cZq0>>.

No segundo turno, o deputado buscou reagir à ameaça de virada do candidato do PSD, construindo um discurso que mostrava sua afinidade à presidente Rousseff e ao ex-presidente Lula. Em nosso modelo, a alteração do produto se mostrou ineficaz por duas razões. Em primeiro lugar, a coligação pró-Henrique aglutinava forças vinculadas às três candidaturas presidenciais competitivas; Wilma de Faria ligava-se a Marina Silva (PSB) e agremiações como o PSDB estavam, evidentemente, apoiando seu filiado, o senador Aécio Neves. O peemedebista não tinha como ser inequívoco (ou quando ensaiava sê-lo não parecia convincente) no apoio à reeleição de Rousseff, até porque seus próprios correligionários distribuíam materiais de Neves na capital.

A segunda razão é mais decisiva, em minha avaliação: Alves continuou a ofertar, talvez por não ter outra opção, as mesmas quantidades de seu principal produto, constituído pelo trinômio experiência-preparo-segurança. Essa seguia sendo a única vantagem decisiva que possuía sobre o vice-governador. Por assim dizer, o peemedebista estava preso numa armadilha de sua própria criação, na medida em que não podia se desvencilhar da imagem de político tradicional. Sua imensa base de apoio evidenciava claramente que a imagem correspondia à realidade. Notícias relacionadas ao seu possível envolvimento no escândalo de corrupção investigado pela operação Lava Jato apenas acentuaram o problema.

Robinson Faria pôde assim produzir a virada de posições, incorporando provavelmente a grande maioria dos votos dados aos candidatos não-competitivos no primeiro turno, e depressindo levemente até o próprio percentual do peemedebista.¹¹ O seguidor derrotara o líder, ao usar a curva de aprendizado da competição no mercado eleitoral e entender que a demanda pelo produto do adversário era mediana. Revelaram-se altas as chances de que tal demanda seria insuficiente para a vitória do PMDB no primeiro turno.

Hipóteses rivais: rejeição e sinais municipais cruzados

Não houve pesquisas qualitativas públicas no período (poucos inquéritos qualitativos privados são feitos no Rio Grande do Norte de toda forma) e as sondagens limitaram-se praticamente a medir a “corrida de cavalos”. Só isso incentivaria um saudável ceticismo sobre a análise apresentada neste trabalho. Cumpre então pelo menos listar vias rivais ou complementares de inquérito científico a respeito.

Há evidência anedótica, por exemplo, de que os dois candidatos principais eram vistos com pouco entusiasmo pelo eleitorado. Em todo caso, o fenômeno não explica a vitória de Faria pois atingiu igualmente os dois aspirantes. Em si, o único efeito estratégico visível da reduzida empatia dos competidores maiores foi abrir espaço para o crescimento da postulação do PSOL, que pôde superar a marca de 8% dos votos a partir, sobretudo, de sua votação na capital estadual.

O indicador de rejeição é um elemento significativo a se considerar na análise do pleito, e elemento proeminente de acordo com análises dessa eleição (Menezes, 2016: 22-24; Santos, 2016: 52-53). No segundo turno, Alves e Faria atingiram, respectivamente, na sondagem Ibope, 47% e 35% de rejeição no eleitorado. No primeiro turno, a rejeição a Henrique Alves não é tão elevada, mas mantém-se sempre superior à de Faria durante o período formal da campanha eleitoral (entre 5 e 11 pontos percentuais a mais a depender do instituto e das datas de campo, com valores maiores no fim do primeiro turno).

Em nosso arcabouço, a rejeição é consequência da situação estratégica gerada pela baixa demanda do produto “Henrique experiente” e pelo fato de que o candidato continuou a lançar no mercado elevadas quantidades desse produto. Dessa forma, o retorno que obteve desse investimento foi decrescente e o indicador de rejeição seria apenas

11 Em números absolutos, o candidato do PMDB ampliou sua votação do primeiro para o segundo turno, respectivamente 702.196 e 734.801 votos.

outra maneira de olhar para o teto da intenção de voto. Vista sob ângulo autônomo e histórico, entretanto, os indicadores de rejeição do aspirante peemedebista em 2014 poderiam ser analisados sob o prisma dos problemas anteriores que ele enfrentou para se viabilizar em pleitos majoritários. (Lacerda e Oliveira, 2006: 282)

Outro fator explicativo que gera hipótese alternativa à desenvolvida aqui se refere aos efeitos do tamanho da coligação peemedebista na política local. Em muitos municípios o deputado Henrique cooptou os dois “lados” da política local para viabilizar sua postulação estadual. O problema é que localmente ainda são fortes em muitas cidades as antigas rivalidades entre “verdes” e “vermelhos”, ou “bacurau” e “bicudos”. Os termos remontam à República de 46 e adentraram o regime militar designando, respectivamente, apoiadores do MDB e da Arena (inicialmente, no momento ainda do instituto da sublegenda, a Arena verde e a Arena vermelha). Como integrante do grupo bacurau, os esforços de Alves para unificar grupos políticos rivais na política municipal podem ter produzido um curto-circuito nos nexos de lealdade de muitos eleitores, abrindo espaço para um voto pró-Robinson. Não sabemos a proporção de votos influenciados por essas lealdades e essa bipolaridade parece estar decaindo em muitos lugares, mas a via de pesquisa é válida e poderia qualificar o caminho seguido nesse artigo.¹²

Conclusão

De certa forma, a estratégia seguida por Henrique Alves espelha movimentos semelhantes no passado de seu próprio pai, o já falecido Aluizio Alves. Ex-ministro e ex-governador, ele procurara ainda no período 1999-2002 fomentar uma ampla aliança que viabilizasse a eleição do seu filho para governador no pleito de 2002. A malsucedida iniciativa foi analisada em detalhe por importante artigo de análise da política potiguar (Lacerda e Oliveira, 2006). A chamada “paz pública” do pleito de 1978 pode ser outro exemplo em tela. Na ocasião, o patriarca Alves apoia a candidatura do senador Jessé Freire (Arena) num acordo com a família Maia, que provavelmente envolveu a consolidação de outras posições do então MDB. A aversão ao risco, consubstanciada no intenso temor de Alves no que toca a um confronto direto com Wilma de Faria no pleito para governador, encontra assim lastro numa conduta típica do grupo familiar.

Optei no artigo por não formalizar o jogo com a pertinente notação matemática ou formas extensivas típicas da teoria dos jogos. Isso não significa de forma alguma que considere dispensáveis em outras análises o recurso ao rigor da formalização, até como treinamento lógico do pesquisador. Considero profícuo o uso do modelo Stackelberg na política, pela evidente importância que a precedência tem em muitas interações políticas, incluindo a competição eleitoral. No caso em exame aqui, a precedência não foi suficiente para gerar o melhor resultado ao seu detentor, mas espero ter provado sua importância para a configuração estratégica do pleito.

Por fim, importa registrar o que espero seja reconhecida como contribuição subsidiária deste artigo. Além de elucidar o ciclo eleitoral 2010-2014 e seu contexto estratégico, busquei aqui sugerir novos caminhos de análise da política estadual potiguar, que possam inclusive incorporar ferramentas conceituais advindas de modelos refinados de interação entre atores políticos. A área encontra-se aberta e repleta de incógnitas, em especial quando se recua mais no tempo. Conjunturas políticas em geral podem ser proficuamente analisadas com um olhar voltado a sequências históricas.

12 A hipótese já está bem delineada, embora não seja desenvolvida, em Santos (2016: 49-50).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Acir. (1998), *A Escolha Constitucional dos Poderes do Presidente: O Caso da Medida Provisória*. Dissertação de mestrado - Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- ARTHUR, W. Brian. (1994), *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- BINMORE, Ken. (2007), *Playing for Real: A Text on Game Theory*. Nova York, Oxford University Press.
- COX, Gary. (2006), *The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DIXON, Huw. (2001), *Surfing Economics: Essays for the Inquiring Economist*. Londres, Palgrave Macmillan.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, Edusp.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.
- LACERDA, Alan; OLIVEIRA, Bruno. (2006), "Patronagem e Formação de Coalizões: O Caso da Unidade Popular no RN". *Cronos*, vol. 5/6, no. ½: 273-287.
- LACERDA, Alan. (2010), "Uma Eleição sem Notícias? A Vitória do DEM no RN em 2010". *Em Debate*, vol. 2, no. 10: 31-36.
- LACERDA, Alan. (2016), *Sistemas de Governo: Organizando a Relação entre Executivo e Legislativo*. Curitiba, Appris.
- LIU, Zhiyong. (2005), "Stackelberg Leadership with Demand Uncertainty". *Managerial and Decision Economics*, vol. 26: 345-350.
- MENEZES, Daniel. (2016), "Tostão Contra o Milhão: Sobre a Vitória de Robinson Faria e Fátima Bezerra nas Eleições de 2014 no RN". In D.Menezes, G.Tavares e J.Costa (orgs.), *Eleições 2014: A Geografia do Voto no Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Ideia. pp. 13-41.
- NORTH, Douglass. (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PIERSON, Paul. (2004), *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton, Princeton University Press.
- PRZEWORSKI, Adam. (1994), *Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- PRZEWORSKI, Adam et al. (2000), *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge, Cambridge University Press.

SANTOS, Anderson. (2016), “A Campanha Eleitoral para o Governo do Rio Grande do Norte no Primeiro Turno de 2014: Notas Informativas”. In D.Menezes, G.Tavares e J.Costa (orgs.), *Eleições 2014: A Geografia do Voto no Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Ideia. pp. 43-60.

SCHUMPETER, Joseph. (1962), *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3ª ed. Nova York, Harper.

SHUGART, Matthew e CAREY, John. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

STACKELBERG, Heinrich von. (2010), *Market Structure and Equilibrium*. Nova York, Springer.

(Footnotes)

1 O DEM não participou formalmente da coligação majoritária, mas integrou-se às coligações proporcionais (pleitos de deputado federal e estadual) que apoiaram Henrique Alves.

2 O campo da Certus se iniciou em agosto e terminou em setembro.

3 O campo da última Seta se iniciou em setembro e terminou em outubro.

Resumo

O texto elabora um modelo que procura dar conta das razões da derrota da maior coligação já formada na história política do Rio Grande do Norte (RN) em um pleito para governador. Identifica, com base em conceitos da teoria dos oligopólios, a formação de um líder Stackelberg na sequência de eventos anterior à campanha eleitoral de 2014. O texto examina como esse líder, o deputado federal Henrique Alves (PMDB), move-se antes dos outros atores pertinentes nas negociações pré-eleitorais. Por fim, o artigo discute a interação estratégica entre o líder Stackelberg e seu seguidor (follower), o vice-governador Robinson Faria (PSD), na campanha eleitoral, esclarecendo como foi possível a ele derrotar Alves na disputa. Essencialmente, o trabalho sugere que incertezas na demanda do produto oferecido pelo deputado peemedebista – o trinômio experiência, preparo e segurança, permitiram ao seguidor minar a liderança Stackelberg junto ao eleitorado. Palavras-chave: política do RN; líder Stackelberg; incerteza.

Abstract

This work presents a model that seeks to understand the reasons for the defeat of the largest party alliance ever formed in Rio Grande do Norte (RN) state political history in a governorship race. It identifies, based on key concepts of oligopoly theory, the formation of a Stackelberg leader in the sequence of events leading up to the electoral campaign of 2014. The text studies how this leader, federal deputy Henrique Alves (PMDB), was able to move first before other important actors in pre-electoral negotiations. Finally, the article discusses the strategic interaction between the Stackelberg leader and his “follower”, vice-governor Robinson Faria (PSD), in the electoral campaign, shedding light on how it was possible for the latter to defeat the former in the race. Essentially, this work claims that demand uncertainties related to the product offered by the PMDB deputy – the triad experience, expertise, and safety allowed the follower to undermine the Stackelberg leadership at the electorate level. Keywords: politics in RN state; Stackelberg leader; uncertainty.